

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.325 - CE (2019/0252883-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **R D E B E S J**
AGRAVANTE : **D S C**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**
AGRAVADO : **M N R DOS S**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por D S C e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de D S C e OUTRO, a Defensoria Pública foi intimada do acórdão recorrido em 14/03/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 24/04/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 20 (vinte) dias úteis, nos termos do art. 198, II, da Lei n.º 8.069/1990, c.c. os arts. 186, caput, 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil.

Registre-se que a orientação deste Tribunal é no sentido de que "Em razão da regra da especialidade e do objetivo de atender aos superiores interesses da criança e do adolescente, no sentido de se imprimir maior celeridade no julgamento dos feitos em matéria referente a essas pessoas, o prazo previsto no inciso II do artigo 198 da Lei 8.069/90 é aplicável inclusive ao recurso especial relativo aos procedimentos especiais previstos nos artigos 152 a 197 do ECA" (AgInt no AREsp 1120686/MG, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO),

Superior Tribunal de Justiça

Quarta Turma, DJe de 14/08/2018).

Assim, o caso dos autos se enquadra na situação acima, devendo, portanto, ser apresentado o recurso em vinte dias, o que não ocorreu no caso concreto.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente